

ATO. 21
2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE ANTROPOLOGIA

*Género: Entre Conceito e Realidades: Uma Abordagem ao
Contexto Moçambicano*

Marlen Isabel Monteiro Ribeiro

Maputo, Setembro de 2003

SRM
85
2-10-03

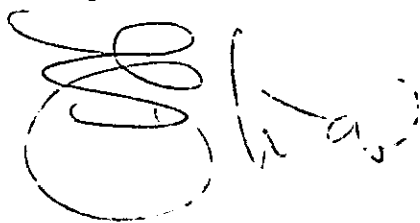
**Género: entre conceito e realidades. Uma Abordagem ao
Contexto Moçambicano**

(Projecto de Pesquisa)

Projecto de Pesquisa apresentado como requisito parcial exigido para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia, na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Marlen Isabel Monteiro Ribeiro

Supervisor: Professor Doutor Severino Ngoenha



Maputo, Setembro de 2003

U.F.M. - UFICS
N.º 4424
12/07/05
oferta
COTA ATO-21

Declaração

Declaro que este trabalho de fim de curso, Projecto de Pesquisa, nunca foi apresentado na sua essência, para obtenção de qualquer grau. Este trabalho resulta da investigação pessoal por mim realizada estando indicadas ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Agradecimentos

À minha família, a minha filha Karyn, ao Max, a minha mãe, e em especial ao meu irmão e amigo Edson, pela amizade e companheirismo constante.

Agradeço a todos que comigo colaboraram contribuindo com suas ideias, conhecimentos, e críticas para melhor realização deste projecto de pesquisa.

Quero agradecer ao Dr. Virgílio Maússe no Ministério da Mulher e Coordenação de Acção Social pelo apoio e carinho prestados.

Agradeço em particular ao Dr. Gilberto Cossa, pela confiança e encorajamento para seguir em frente.

Agradeço em especial ao Dr. Severino Ngoenha pela sua orientação, encorajamento, pela imensa paciência e amizade demonstrados durante este longo percurso. Obrigado por ter mostrado que a vida nos oferece sempre uma opção.

Aos meus ex-colegas e amigos, pelo apoio moral e material: o Aurélio Miambo, a Eleásara Marole, o Emídio Gune e Sheilla Loforte.

A um colega, valeu aprender que pouco é sempre alguma coisa basta que haja interesse e, que pouco mais pouco tornam o mundo a imensidão que é. Sempre é possível fazer melhor e diferente. Obrigadão.

À Emilia Adriano, minha mãe e a Karyn Tonela, minha filha,
minhas mais que tudo

Resumo

O objectivo fundamental deste trabalho é o de explicar a sinonímia entre género e os indivíduos ao sexo biológico feminino em detrimento de outras realidades possíveis que o conceito de género pode abarcar.

Enfatizando a relação entre conceito (teoria) e realidade de género, procuramos demonstrar que os diversos momentos ao longo da história pelos quais o conceito atravessou salientando que, o processo de produção e validação do conhecimento no geral e, da Antropologia em particular, respeitam não só a coerência interna, mas são também e sobretudo condicionados pela validade externa que dita os contornos do conhecimento em causa.

Adoptamos uma pesquisa de tipo qualitativa - exploratória, para a qual consultamos fontes bibliográficas e documentais, e realizamos entrevistas semi-estruturadas com "fazedores de discursos de género", no MMCAS, no DEMG-CEA e no Fórum Mulher.

A partir do referido procedimento colhemos resultados que nos permitem considerar que, em Moçambique o conceito género, continua a ser um conceito para representar realidades sociais no entanto, a sinonímia género e indivíduos de sexo feminino é resultante da possibilidade de não incluir indivíduos de sexo masculino não pela sua inexistência, mas condicionada por um lado por interesses e afinidades dos pesquisadores, em relação as abordagens teóricas em torno da questão do género, influenciados pelo multiculturalismo e por outro por condicionalismos de financiamento, que favorecem a validação e legitimação da sinonímia em alusão.

Índice	Pg.
1. Introdução.....	1
2. Justificação.....	3
3. Revisão de Literatura.....	6
4. Quadro Teórico.....	20
5. Hipótese.....	21
6. Metodologia.....	22
7. Resultados	
7.1. Multiculturalismo, Movimento de minorias e Género.....	24
7.2. O Papel da OMM no debate Sobre Mulheres.....	26
7.3. Perspectivas de Género no Centro de Estudos Africanos.....	29
7.4. MMCAS e Política de Género.....	32
7.5. Agências de Cooperação Internacional e a Questão do Género.....	34
8. Discussão	
8.1. A Relação Entre a OMM, o CEA e o MMCS.....	35
8.2. Conhecimento, Antropologia e Género.....	37
8.3. Investigação, financiamentos e poderio político na produção do conceito de género.....	39
9. Considerações finais.....	41
10. Fontes	
10.1. Fontes Bibliográficas.....	43
10.2. Fontes Documentais.....	52
10.3. Fontes de Internet.....	54
Anexo A – Questionário.....	57
Anexo B – Entrevista 1.....	58
Anexo C – Entrevista 2.....	61
Anexo D – Entrevista 3.....	63

1. Introdução

O presente trabalho é um projecto de pesquisa, elaborado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Neste trabalho pretendemos abordar o tema Epistemologia e Género, na busca de uma percepção das condições que envolvem a produção do conceito de género e sua validação enquanto conceito operacional no quadro das relações sociais.

Segundo Graham (1995), o conceito género tem sido discutido desde a antiguidade grega, onde Platão e Aristóteles entendem-no como conceito de classificação biológica em que, num primeiro momento, classifica seres animais usando como critério a racionalidade, critério que origina um género para referir os animais, ditos, racionais (os seres humanos) e outro género para referir os animais, ditos, irracionais (animais propriamente ditos). Num segundo momento o conceito género, restringe-se aos seres humanos usando critérios biológicos¹ originando o género masculino, em referência aos indivíduos de sexo biológico masculino e o género feminino, em referência os indivíduos do sexo biológico feminino. Tanto no primeiro como no segundo momentos, encontramos uma relação clara e distinta entre o conceito género e a realidade empírica que este se refere.

Porém, num terceiro momento Meena (1992) refere que os papéis sociais servem como critério de diferenciação de género masculino para indivíduos que possuem sexo biologicamente masculino e que exercem papéis sociais masculinos e o género feminino para indivíduos que possuem sexo biologicamente feminino e exercem papéis sociais femininos.

¹ Como funções reprodutivas e qualidades intelectuais.

Tendo em conta que papéis sociais masculinos podem ser desempenhados por mulheres e papéis sociais femininos por homens, surge espaço para quatro tipos de realidades possíveis, sendo o primeiro de homens que desempenham papéis sociais masculinos, o segundo de homens que desempenham papéis sociais femininos, o terceiro de mulheres que desempenham papéis sociais femininos e o quarto de mulheres que desempenham papéis sociais masculinos. Neste contexto falar da relação conceito género e a realidade que este categoriza perde a delimitação, uma vez que género pode estar a referir-se a qualquer das situações, o que levanta algumas questões, tais como o que é género, que realidade designa género feminino e a que realidade designa género masculino?

É sob este espaço de questionamento que no lugar de encontramos resposta às questões referidas, na literatura sobre o assunto em Moçambique, o conceito género classifica apenas indivíduos do sexo biologicamente feminino, as mulheres, á semelhança do que refere Aguiar (1997: 15) para quem na literatura existente “estudos de género com frequência também são vistos como estudos de mulheres...”.

A questão que colocamos no presente trabalho é, que critérios de validade interna e externa, em Moçambique, fazem com que falar de género seja privilegiadamente equivalente a falar apenas de indivíduos de sexo feminino?

Em face da questão colocada pretendemos neste trabalho apresentar uma explicação para a sinonímia de género e indivíduos de sexo feminino em Moçambique em detrimento de outras realidades possíveis de abarcar pelo conceito.

Para o efeito iremos apresentar o processo de produção e validação do conhecimento científico enfatizando a relação entre realidade e conceito (teoria) no geral e em Antropologia em particular, seguida de uma ilustração do percurso histórico da relação entre o conceito género e realidades empíricas a que este se tem referido e por fim descrever o percurso da relação entre conceito género e realidade empírica que este representa em Moçambique.

2. Justificação

Em Moçambique o conceito género tem ocupado um lugar de destaque nos debates sociais, quer a nível académico² como a nível pragmático de definição de políticas (tanto ao nível das entidades públicas, governamentais³ e organizações não governamentais), onde funciona como operador central. Uma vez que ele opera como sinónimo de indivíduos de sexo feminino, ocasiona uma sobrevalorização de mulheres e subvalorização de outras possíveis realidades.

Sendo a sociedade Moçambicana composta por mulheres que desempenham papéis sociais femininos, homens que desempenham papéis sociais masculinos, homens que desempenham papéis sociais femininos e mulheres que desempenham papéis sociais masculinos, políticas assentes na sinonímia a que temos estado a referir implica procurar desenvolver uns sem incluir outros.

É neste contexto que emerge o nosso interesse em analisar o processo de produção do conceito em Moçambique, movida por dois factores, sendo um de carácter teórico metodológico e outro de carácter prático. Estes dois factores prendem-se com o facto de a prática epistemológica proceder a um exercício no sentido de buscar a pertinência dos conceitos diante das problemáticas, quer ao nível académico incluindo reflexões antropológicas, e o facto de examinar a relação que estabelecem com os factos.

O factor teórico deriva do facto de o conhecimento ser resultante de um processo socialmente construído e condicionado⁴, na busca de representar realidades sociais, sendo que essa representação só é possível através do uso de instrumentos analíticos,

² Com realce para o Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

³ Com destaque para o Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social.

⁴ Socialmente construído porque produzido por pesquisadores que são membros de sociedades concretas e particulares, nas quais a sua sobrevivência material simbólica e de relações interpessoais é diferentemente condicionada que se reflectem no conhecimento produzido.

como é o caso dos conceitos (Bruyne et al., 1997). De forma complementar e no tocante a componente metodológica em antropologia, Peirano (1995) refere que a Antropologia não estuda povos, mas sim problemas e, que o conhecimento produzido pela disciplina deriva da confrontação entre a teoria antropológica e a pesquisa etnográfica que se relacionando procuram enquadrar aspectos que pertencendo à realidade concreta escapam a teorização.

Tendo em conta que em Moçambique o conceito género, enquanto operador teórico representa como realidade social indivíduos de sexo feminino que desempenham papéis sociais femininos, num contexto onde existe uma multiplicidade de realidades possíveis de abarcar pelo conceito (género), a proposta de Peirano (1995), torna-se numa oportunidade epistemológica para perceber o porquê da sinonímia género e indivíduos de sexo feminino, em detrimento de outras realidades possíveis.

Com a explicação do porquê da sinonímia em alusão, é possível perceber que esta resulta de uma construção social. Deste modo torna-se possível reconstruí-la, alargar a sua abrangência aos vários indivíduos que compõem a sociedade moçambicana, que podem de forma complementar e combinada estar integrados serem inclusos nas políticas e participarem no processo de desenvolvimento de Moçambique.

Num contexto, como o de Moçambique, caracterizado pelo privilégio da unilateralidade do conceito género sobrevalorizando mulheres e subvalorizando homens, o presente trabalho constitui uma tentativa de resgate da multiplicidade conceptual e potenciar uma redescoberta de homens e mulheres nas estratégias e políticas, potenciando um desenvolvimento mais humano e não apenas feminino.

Apresentamos o presente trabalho em dez partes. A primeira é dedicada a introdução, na qual procedemos à apresentação do propósito e do tema do trabalho, a problemática que leva a sua realização e os objectivos a serem alcançados. A segunda é referente à justificação do tema e da metodologia do trabalho acrescida da pertinência e finalidade do trabalho. Uma terceira parte é referente à revisão de literatura usada para a realização

do presente trabalho. Na quarta parte, apresentamos o quadro teórico, na qual são operacionalizados os conceitos-chave do presente trabalho. Na quinta parte apresentamos as hipóteses de trabalho, seguida da sexta parte dedicada à metodologia usada na elaboração do presente trabalho. Na sétima parte apresentamos os resultados e na oitava parte procedemos à discussão do trabalho. Na nona parte apresentamos as considerações finais referentes ao presente trabalho seguidas da décima parte na qual apresentamos a bibliografia consultada e/ou usada na elaboração do presente trabalho.

3. Revisão de literatura

No presente trabalho apresentamos a revisão da literatura em três partes. Na primeira parte apresentamos a literatura que versa sobre processos de produção de conhecimento no geral. Numa segunda parte apresentamos literatura sobre processos de produção de conhecimento em Antropologia. E finalmente numa terceira parte apresentamos literatura referente à produção do conceito de género.

No tocante ao processo de produção de conhecimento, com base em Chauí (1997) retomamos os debates no século VIII no qual o processo de produção de conhecimento científico estava subordinado a fé, só sendo considerado e aceite como conhecimento tudo aquilo que fosse baseado em dogmas e desígnios da igreja católica, constituindo o conhecimento uma revelação e verdade inquestionável.

Se por um lado esta forma de conhecer trás um avanço, no sentido em que passa a existir um critério na produção de conhecimento que gera o verdadeiro e válido, ao não contemplar conhecimentos que não provenham da revelação bíblica, exclui a possibilidade de aspectos existentes na prática quotidiana não serem contemplados como conhecimento apenas por não derivarem de revelação da igreja.

Face a este cenário, a escolástica, filosofia ensinada nas escolas e locais de instrução teológica da igreja do período medieval (Blackburn, 1997), vem trazer uma nova maneira de produzir conhecimento na época. Acreditando na razão humana pensante, a escolástica procura aplicá-la as verdades reveladas no alcance de um conhecimento mais profundo do conteúdo da fé usando para tal a disputa⁵. Neste contexto “uma ideia era considerada verdadeira se fosse baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida” (Chauí, 1997: 45).

⁵ Método pela escolástica que consistia em submeter uma tese aos argumentos retirados da bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de padres e papas.

Com a escolástica, surge o lugar do homem como sujeito pensante no processo de conhecimento, que procura através da razão pensante e a reflexão filosófica alcançar as verdades contidas na fé. Contudo, apesar deste avanço, mantêm-se algumas limitações. Por um lado, no processo de produção de conhecimento científico só é válido aquele que estiver de acordo com as verdades divinas. Por outro lado, embora se confira alguma autonomia a razão humana pensante, esta não vai para além dos parâmetros divinos se mantendo subordinada ao princípio da autoridade reconhecida, continuando dependente do parâmetro divino.

Face a estas limitações, Descartes (1989), reivindica a possibilidade de a razão humana pensante exercer o conhecimento para além das barreiras entre o divino e o humano. Descartes propõe então uma diferenciação entre o conhecimento divino e a razão humana, delimitando o primeiro como campo da teologia e o segundo como campo da filosofia. Considerando a razão humana como a base de todo o conhecimento Descartes (1989) defende que por através da razão é possível conhecer o mundo natural baseado na matemática. Este autor, Descartes, propõe o método como meio orientador de todo o processo de produção de conhecimento científico, fundamentado na razão ou na experiência, uma vez que o método procura colocar o conhecimento sobre um fundamento seguro que só é conseguido por meio da “suspensão dos juízos, sentidos, memória e até da razão porque tudo é susceptível de conduzir ao erro” (Blackburn, 1997: 123).

Na questão relativa a produção de conhecimento, Descartes dá um grande passo à frente na medida em que separa o conhecimento divino do humano e os considera independentes um do outro; mediante o método o homem pode conhecer o mundo natural e ainda, propõe a clareza e distinção como critérios de demarcação do conhecimento. Embora todos estes passos avançados por Descartes, este se refere apenas à possibilidade de conhecimento do mundo natural através do método positivo um conjunto específico de fenómenos que se pretendem válidos para todo o universo, excluindo a possibilidade do conhecimento do mundo social.

Seguindo uma linha a Descartes (1989), Bacon, citado por Oliva (1990) considera a produção de conhecimento sobre o mundo natural através do método que observa e experimenta sistematicamente⁶. Este autor identifica uma tipologia⁷ de factores capazes de deturpar o exercício da actividade de observação, são elas o *idola tribus*, *idola specus*, *idola fiori* e finalmente *idola theatri*. Esta perspectiva trás um avanço na medida em que vem demonstrar que mesmo usando o método, o conhecimento científico é influenciado por factores que são exteriores aos fenómenos observados. Contudo, limita-se ao procurar demonstrar é possível no acto de observação dos fenómenos nos separarmos desses factores que são externos; que o conhecimento resulta uma constatação de uma série de factos sistematicamente observados, experimentados, verificados, quantificados e sujeitos a leis universais. Tudo o que seja produzido fora destas bases não é considerado conhecimento científico.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o modelo de conhecimento passou a estar assente no método e na razão, tendo no ser humano o possuidor de capacidade para conhecer o mundo natural à sua volta. Este conhecimento tanto ao nível da sua produção como legitimação é considerado coerente, formal, objectivo, acima de tudo imparcial e isento de valores. No século XIX a Revolução Industrial ocasionou o surgimento das cidades do consigo fenómenos sociais antes inexistentes, e que poderiam ser passíveis de análise e conhecimento⁸. É assim que, condicionado pelo critério de cientificidade então vigente

⁶ Considera Bacon citado por Oliva (1990) refere que a observação é o único meio a partir do qual se pode produzir conhecimento científico, que parte dos sentidos e de particularismos para chegar a formulação do conhecimento propriamente dito. Produzir conhecimento é mais efectuar constatações do que efectivamente criar, na medida em que a ciência parte de observações e só em seguida através de um processo cauteloso chega ao conhecimento propriamente dito.

⁷ Para o autor, Bacon, o *idola tribus* está ligado ao aspecto social, se referindo à pré-noções das coisas (opiniões que se formam em decorrência da nossa natureza humana) que tendem a ser construídas e que geram distorções, conferindo aos fenómenos racionalidades que não possuem. Já o *idola specus* é pessoal, se referindo a natureza individual de cada indivíduo, ao impacto que a educação socialmente transmitida tem sobre cada indivíduo que gera modos de sentir, agir e apreender a realidade. O *idola fiori* está ligado ao aspecto linguístico, isto é, no facto de não se interpretar correctamente uma informação devido aos equívocos comunicativos que repousam no mau uso da língua. Finalmente o *idola theatri* são como leis absolutas que gerados por sistemas filosóficos ou dos poderes de autoridades que são aceites como verdades inquestionáveis (indiscutíveis) que os indivíduos assimilam, mas não representem uma descrição fidedigna do real que abordam.

⁸ Referimos a movimentos migratórios, êxodos demandas de mão-de-obra, elevados índices de doenças e mortes, entre outros.

que Comte adopta o método físico matemático para produzir conhecimento científico sobre os fenómenos sociais (Blackburn, 1997).

Segundo Sedas Nunes (1987) esta nova forma de conhecimento virada para a análise do social⁹ defende a existência dos fenómenos sociais em forma bruta ou pura o que levava os respectivos defensores a representar essa realidade social de forma positiva, isto é pretendendo encontrar uma explicação geral, a-histórica e universal da realidade humana e social através de métodos das ciências naturais.

Com esta visão, o conhecimento científico alarga o seu horizonte, estendendo-se ao domínio do social e humano, baseados nos mesmos pressupostos, métodos e no alcance dos mesmos objectivos: o conhecimento geral e a formulação de leis universais. Contudo sendo os fenómenos sociais e humanos, segundo Nagel¹⁰ citado por Santos (1996), historicamente condicionados, culturalmente determinados e de natureza subjectiva¹¹. Eles não se apresentam na forma pura ou bruta como acreditavam os positivistas, mas sim na forma de informações, “atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às sua acções” (Santos, 1996: 22). Para Sedas Nunes (1987), o saber das ciências sociais é uma construção resultante da utilização de determinados instrumentos como os conceitos, as teorias, os métodos, as técnicas, sendo que no processo de sua construção as vivências dos cientistas sociais interpenetram e condicionam o acto de observação dos fenómenos¹².

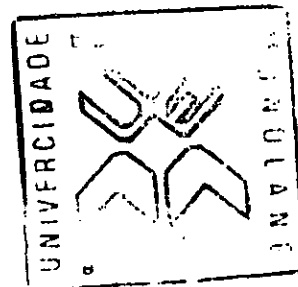
Seguindo a mesma linha de Sedas Nunes (1987), Bruyne et al. (1997) sublinham o construtivismo da ciência, mas dão um passo à frente ao acrescentar que este parte

⁹ Que Segundo Santos (1996) era inicialmente chamada de física social.

¹⁰ Nagel, Ernest. The structure of science: Problems in the logic of scientific explanation. New York, Harcourt, Brace & World (1961).

¹¹ Bacon (Enciclopédia luso-brasileira de filosofia) identificara os *idola* como factores externos aos fenómenos do mundo natural que influenciam a sua observação, no que se refere aos fenómenos sociais e humanos que interferem e condicionam estes factores a observação dos mesmos, contribuindo para sustentar o condicionalismo histórico e cultural e a subjectividade a que estão sujeitos os fenómenos das ciências sociais e humanas.

¹² Os valores que orientam a sua prática em geral porque são antes de mais, indivíduos membros de sociedades vastas e de grupos específicos nos quais passam por diferentes processos de socialização e, alguns desses aspectos ligados aos processos de socialização, ao contexto histórico – antropológico específico condicionam a actividade científica.



sempre de um problema¹³, pois, todo o conhecimento é resposta a uma interrogação (problemática). Bruyne et al. (1997) realçam a necessidade de se construir critérios para produção e validação do conhecimento científico, enfatizando que este só se realiza por intermédio do estabelecimento de uma relação entre os factos e a teoria, e que sendo a teoria uma construção da prática deve implicar a pesquisa empírica, isto é, deve-se confrontar com real que ela se esforça por apreender.

Ainda segundo Bruyne et al. (1997), o processo de produção de conhecimento científico segue por duas vias. A primeira chamada via interna ligada à coerência interna da própria ciência, que estabelece as condições de objectividade dos conhecimentos, modos de observação e de experimentação, examinando igualmente as relações que as ciências estabelecem entre as teorias e os factos. A segunda chamada de via externa a própria ciência realizada pelos pesquisadores, no que concerne ao controle exercido pelos próprios a produção, validação e legitimação desse mesmo saber científico. Privilegiando a via interna de produção e validação do saber científico, Bruyne et al. (1997), atribuem mais valor aos aspectos relacionados com a própria coerência interna do que com os factores sociais a ela inerentes, embora valorize o papel que estes exercem.

Por seu turno Kuhn (1962) embora concordando com Bruyne et al. (1997) sobre as duas vias, uma interna a própria actividade científica inerente à lógica de coerência do próprio conhecimento e uma externa voltada para os processos implicados na construção social do conhecimento científico ligado à comunidade científica, enfatiza e atribui maior importância à via externa. Este autor (Kuhn) refere que a comunidade científica desempenha um papel fundamental na produção, validação e legitimação do conhecimento, contribuindo para a aceitação ou rejeição de teorias e modelos científicos resultantes da produção científica, e que no referido processo não se guia tanto ou apenas pela sua coerência ou qualidade intrínseca, mas sim em função da aplicabilidade que possa ter nos interesses do grupo social que se tornou portador¹⁴. No entanto,

¹⁴ Argumento também defendido por Chalmers (1990) quando afirma que os modelos e as leis científicas são mais aceites não tanto pela sua coerência interna ou pelo seu valor, mas sim pelos interesses da comunidade científica que

embora o conhecimento seja profundamente social, sustenta que o mesmo não é tanto que possa ser concebido separado da epistemologia (validade interna). Contudo Chalmers (1990), realça que embora a actividade científica não se separe de outras actividades, de outros interesses, isto não implica que a ciência seja automaticamente subvertida quando há interesses envolvidos.

Kuhn (1962) introduz, na questão relativa ao conhecimento dois novos conceitos, o de ciência normal e ciência extraordinária que, existem articulados com outros, são eles os de paradigma, crise e o de revolução científica. A ciência normal se refere ao período no qual existe produção científica orientada pelo paradigma¹⁵ vigente. Esta fase é de progresso, durável e muito importante, onde, a comunidade científica se encontra de acordo quanto às teorias e os conceitos, estes que são tratados com profundidade contribuindo para a resolução de problemas existentes. Durante esta fase da ciência normal, aparecem anomalias¹⁶ resultantes de novos fenómenos descobertos e de novas formas de explicação desses fenómenos. Essas anomalias podem levar a nova formulação de teorias e conceitos o que por sua vez resulta no surgimento dum paradigma novo, cuja aplicação encontra resistência junto à comunidade científica devido por um lado, as alterações no decurso da produção do saber e, por outro lado porque põem em causa seus interesses.

A ciência extraordinária é o período no qual há passagem do antigo paradigma para o novo, onde existe grande produção de saber, que rompe com o saber anterior baseado no antigo paradigma, interrompendo também com o progresso linear e acumulativo da produção do saber científico. E o período no qual ocorre a passagem de um paradigma para o outro, a Epistemologia realizada por Kuhn atribui o nome de revolução científica. Assim, a aplicação estável de um paradigma se constitui em ciência normal. Deste modo

as produziu. Interesses esses ligados, aos monopólios profissionais governamentais e dos sectores privados e ainda os pesquisadores ou cientistas "... com interesses como aquisição de riqueza, fama e poder, etc." (1990: 159),

¹⁵ Paradigma em Kuhn (1962) designa uma teoria ou sistema aceite por uma comunidade científica que durante algum tempo orienta a actividade.

¹⁶ Na óptica de Kuhn (1962) anomalias são problemas que o paradigma vigente na ciência normal não consegue resolver.

Kuhn (1962), demonstra que o conhecimento científico é produto de um grupo, no que é sustentado por Bacon, citado por Oliva (1990) ao afirmar que, este é obtido através de um trabalho de cooperação.

Se por um lado Bruyne et al. (1997) vêem o desenvolvimento e o progresso científico como algo em constante continuidade, Kuhn vê-o como um processo descontínuo que procede por rupturas. Recolocando a ciência como construção feita na sociedade, da qual a própria academia faz parte, tanto Bruyne et al. e Khun, olham a validade externa como componente fundamental no fazer (produzir, validar e legitimar) ciência.

No tocante a Antropologia, Copans (1971) refere que esta existe desde a antiguidade grega onde, Heródoto nas suas viagens para terras distantes e desconhecidas já praticava aquilo no qual a ciência antropológica viria a praticar nos nossos tempos - procurar na alteridade a essência do homem enquanto ser cultural por forma a que a partir da diferença melhor se entendesse a si próprio. Contudo segundo Casal (1996) é somente no séc. XIX que a Antropologia é institucionalizada como uma ciência que produz conhecimento sobre o fenómeno social.

Numa primeira fase a Antropologia dedicava-se a questões de índole biológica (como o estudo e medição de diferenças raciais entre os indivíduos para perceber a diferença entre os variados tipos de raça humana). Mais tarde, esta ciência centrou todo o seu pensamento em volta do conceito de cultura, começando a interessar-se pelo homem enquanto ser que existe em sociedade e que é culturalmente influenciado, pois como Casal (1996:73) afirma, "a cultura faz sistema e como sistema autogerado actua como mediador entre coisas e pessoas, entre sujeito e objectos, entre mundo e homens".

Para Malinowski (1989), a Antropologia é uma ciência eminentemente descritiva e, o que ela descreve é o comportamento do Homem no sentido de buscar a especificidade de cada cultura. Na óptica de Malinowski (1989: 10), a produção de conhecimento Antropologia só se efectua uma vez que se realize a experiência do trabalho de campo - o contacto directo entre o pesquisador e o pesquisado, pois, na sua óptica a ausência dos

dados empíricos obtidos no trabalho de campo seria “impossível entender o comportamento concreto dos humanos que vivem uma cultura diferente” à do pesquisador. Para Malinowski, o conhecimento produzido reflecte e representa aquilo que o pesquisador observou, é a descrição minuciosa do comportamento dos seres humanos estudados. Contudo, esta visão tem como limitante o facto de uma vez que somente descreve, deixa de lado a essência do comportamento, reflectindo somente as ideias que o observador retira do observado acabando por mostrar os efeitos do comportamento e não as suas causas.

Para Geertz (1989: 15) a Antropologia “é mais etnografia” e que essa etnografia é uma descrição, salientando, porém que é “uma descrição densa da multiplicidade de estruturas conceptuais complexas” que ao antropólogo são estranhas, irregulares, não explícitas que ele irá de alguma forma apreender para depois apresentar. Essa descrição densa possui três características: é interpretativa, o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e essa mesma interpretação procura buscar o que foi “dito num tal discurso de sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo em formas pesquisáveis” (Geertz, 1989:51). Deste modo, produzir conhecimento em Antropologia na percepção de Geertz (1989) é, interpretar as estruturas de significação que o objecto de pesquisa constrói do meio cultural no qual se encontra inserido. Acrescenta que esse conhecimento só se torna possível uma vez que o pesquisador submete a teoria que leva para o campo aos factos, sublinhando que a actividade principal da construção teórica não é a de proceder à codificação da regularidade abstracta, mas a de tornar possível às descrições minuciosas, não generalizando através dos casos que nos aparecem, mas sim a de generalizar dentro, dos próprios casos. Contudo, limita o conhecimento uma vez que sendo interpretação da significação que o objecto possui, acaba por reflectir a percepção do pesquisador sobre a realidade ou pode interpretar distorções que o pesquisado faz da sua própria cultura.

Por sua vez Peirano (1995), a semelhança de Geertz (1989) refere que o conhecimento antropológico é constituído por meio da etnografia (método) que privilegia o contacto directo entre o pesquisador e o pesquisado, o que a torna uma prática etnográfica onde,

só a partir da etnografia é que se pode perceber o que representa o saber antropológico como forma de conhecimento. Para Peirano, o conhecimento é produzido com base na teoria antropológica que o pesquisador leva para o terreno e a pesquisa etnográfica. A pesquisa etnográfica é na óptica de Peirano (1995:135) “o meio através do qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria, que o pesquisador leva para o campo, e a observação’ da realidade ‘nativa’ com a qual se confronta”.

Segundo (Peirano, 1995), o processo de produção de conhecimento em Antropologia é atravessado por diferentes tipos de constrangimentos que influenciam o seu produto final, são eles: o contexto de pesquisa, a orientação teórica (do investigador), o momento sócio - económico, a personalidade do pesquisador e o *ethos* do pesquisado. A produção de conhecimento antropológico prossegue por duas vias, uma via de teoria e outra de pesquisa que coexistem, em que a teoria deve adequar-se a realidade que pretende representar. Apesar desta ciência privilegiar a etnografia, tem presente a noção de que os factos sociais não são estáveis, mas sim são mutáveis e instáveis e ainda que, a Antropologia é uma ciência social “que pede para ser ultrapassada” Peirano (1995:18), pois tem a consciência de que os factos que apreende e aprende e/ou descobre é sempre provisório e contextualizado.

Copans (1971) refere que a ciência antropológica, devido a transformações ocorridas¹⁷, reformula o objecto de estudo em antropologia referindo que este deriva de um processo heurístico, e não necessariamente a partir da distância histórica ou geográfica, o que confere a possibilidade de estudar o contexto no qual o pesquisador está inserido. Esta ideia é secundada por Rivière (2000: 17) afirma que hoje, “... muitos antropólogos modernos descobrem actualmente locais de insularidade no coração dos seus países, quer na cidade moderna, quer nos refúgios das tradições...” questionando a natureza e

¹⁷ Por um lado, os avanços ligados à construção e reflexão teórica do objecto de estudo e do método empírico para ultrapassar o etnocentrismo que ainda caracterizava a Antropologia em pleno século XX e, por outro lado à descolonização e as lutas de libertação nacional permitiram que o objecto de estudo tomasse a palavra.

origens dos costumes, instituições, como a cultura é vivida, quais as diferenças sociais e culturais e de que significados se revestem entre outras questões.

Quanto ao historial do conceito género, Graham (1995) remete a sua origem à antiguidade grega onde, com Platão e Aristóteles encontram-se os primeiros debates ao seu redor. Num primeiro momento o género foi uma categoria usada, segundo Aristóteles (1985) para distinguir dentro dos seres animais os humanos, com base no critério racionalidade¹⁸, onde encontrávamos o género humano - dos animais ditos racionais, e o género animal - dos animais ditos irracionais. Graham (1995) afirma que num segundo momento, o género é usado como categoria de diferenciação dentro dos próprios humanos, para caracterizar homens e mulheres usando como critérios o biológico¹⁹ e o social²⁰, derivando deste modo duas significações sobre o género: a primeira para se referir a uma construção considerada masculina e a segunda feminina, que dá origem assim a uma categoria género que abarca em si opostos, catalogando por um lado indivíduos do sexo biologicamente masculino como pertencentes ao género masculino e indivíduos do sexo biologicamente feminino como pertencentes ao sexo feminino. Nos referidos momentos, a categoria correspondia à teorização de uma contraparte empírica, uma vez que a realidade empírica se reflectia na teoria e esta por sua representava de forma categórica a realidade.

Embora fossem usados critérios sociais de distinção, neste período o conceito de género assumia um papel puramente de classificação biológica, sem a pretensão de interferir em questões sociais, situação semelhante é encontrada no período considerado da filosofia cristã (ou época medieval). Um novo período se avizinha e com ele grandes transformações ocorrem: a revolução francesa que, proclama valores como a liberdade, igualdade e fraternidade, introduzindo o direito ao sufrágio universal apenas para os indivíduos do sexo masculino, concedendo-lhes maiores direitos em detrimento do feminino.

¹⁸ Aristóteles. Organon, 1985

¹⁹ A partir de aspectos ligados ao estatuto ontológico e funções reprodutivas.

²⁰ Ligado a qualidades intelectuais e morais.

Embora as mulheres estivessem relegadas ainda a esfera do doméstico, assiste-se a uma viragem na medida em que surgem os primeiros movimentos de reivindicação de espaço social por parte das mulheres, onde se observam ao aparecimento de movimentos feministas, uns com carácter reformador (pretendiam o acesso à esfera pública) e outros elitistas (direito ao sufrágio e igualdade jurídica), segundo Enciclopédia Britânica do Brasil (2002).

Com a revolução industrial, ocorrida no século XIX, um novo período na história do conceito tem início²¹, dando lugar para continuação dos movimentos reivindicativos, por um lado a exigir os mesmos direitos que os homens no acesso a esfera do público, e por outro e principalmente exigindo igualdade de direitos no mercado de trabalho. Tanto neste período, como nos anteriores, continuamos a observar a o crescimento de movimentos (feministas) que, buscam despertar para uma nova maneira de encarar as relações entre homens e mulheres.

Com a institucionalização da Antropologia como ciência social durante o século XIX, o género é reabilitado para o debate social, a partir da produção etnográfica elaborada pelos primeiros etnógrafos/antropólogos. Neste debate, são discutidas questões ligadas à organização social e ao parentesco, onde a oposição homem/mulher e, seu desempenho social diferenciado era somente observado e cuidadosamente descrito segundo Suárez (1997). No entanto, os estudos de género eram fortemente influenciados pelas realidades de origem dos etnógrafos/antropólogos, uma vez que conforme Moore (1988)²² citada por Suárez (1997) partiam do pressuposto de que os homens controlam a informação em outras culturas como se acredita que aconteça nas deles e que em toda parte, as diferenças de género tornam-se subordinação feminina. Embora se encontra pela primeira vez interesse no uso do conceito de género propriamente dito na análise de realidades sociais, esta perspectiva tinha como limitação o facto de estes

²¹ Devido à necessidade de mão-de-obra barata para as indústrias em expansão, mulheres e crianças são contratadas para realizar o mesmo trabalho que os homens, trabalhando mais e recebendo menos.

²² Moore, Henrietta L. (1988) *Feminisms and Anthropology*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

etnógrafos/antropólogos não o problematizarem limitando-se a transportar as realidades de suas origens e sobrepo-las sobre as realidades analisadas.

Mais tarde, por volta de 1930, segundo Suárez (1997) encontramos alguns antropólogos clássicos que procurando perceber melhor a oposição entre homens e mulheres, acabam de alguma maneira por proceder a uma primeira problematização da questão do género, são eles Malinowski, Bateson e Mead. Os referidos autores (Malinowski, Bateson e Mead) procuraram transformar a construção social das diferenças sexuais das realidades por si estudadas em objecto de estudo, questionando a construção do género e as relações que nela se baseiam. No entanto, fora estes autores, a Antropologia continuou a tratar a género como dados que informam outras problemáticas, observando fenómenos sem proceder ao seu questionamento.

Por volta de 1960 e 1970, o conceito de género recebe um novo impulso na sua produção. Como salienta Soihet (1997), o conceito de género desde então, resulta da articulação entre os textos antropológicos fortemente influenciados pelas preocupações feministas nos quais se questionam as tradições do pensamento antropológico no que se refere ao papel das mulheres e sua subordinação. O conceito passa a ser construído a partir da teorização da “questão da diferença sexual” segundo Soihet (1997:16), visão que possui contribuição dos antropólogos clássicos dos anos 1930 e do movimento feminista que começa a ganhar espaço nos debates sociais. Esta nova visão constitui um avanço no que se refere à produção do conceito, uma vez que se procura dentro do contexto da análise da diferença sexual inserir no interior de uma disciplina social específica e numa problemática determinada. No entanto, a construção do conceito de género assim realizado aborda e se centra numa perspectiva, a feminina, uma vez que o questionamento é levantado devido o papel das mulheres e sua subordinação, e não por uma preocupação relacionada com o quadro de relações e sua representação.

No contexto de Moçambique os debates do género começam a ser introduzidos no país entre as décadas de 1980 e 1990. Estes resultam de condicionalismos internos e externos, exercendo cada um preponderância diferenciada. Em relação aos internos,

estes estão relacionados com o início de estudos, dentro da Academia, mais concretamente ao nível do Centro de Estudos Africanos, segundo Andrade & Casimiro (1993), sobre a condição feminina em Moçambique procurando perceber-las no contexto das relações que estabelecem com homens. No tocante aos externos, estes tem a ver por um lado, as transformações na produção do conceito acima citadas ligadas aos discursos que começavam então a florescer como consequência dos debates existentes um pouco por todo mundo, que segundo Andrade & Espling (1992) assentam na procura de explicações por parte do movimento feminista com vista a elevar as formas de luta pelos direitos da mulher. Por outro lado, ligado ao quotidiano político dentro da conjuntura africana baseada naquilo que são os debates internacionais em torno do género, direitos humanos e desenvolvimento.

É assim que vemos surgir, na década de 1990, um conceito de género que procura conjugar tanto interesses de mero conhecimento quanto de políticas internacionais²³. E uma vez que as mulheres são encaradas como mais pobres em relação aos homens, o processo de produção do conceito de género segue assim um discurso que sobrevaloriza as mulheres procurando torna-las visíveis dentro das relações sociais salientando o seu papel no desenvolvimento (Andrade & Casimiro, 1993).

Da nossa revisão retivemos três ideias fundamentais: a produção do saber científico embora proceda por duas vias, uma interna que privilegia a coerência interna do saber, pressupondo uma união entre a teoria e a pesquisa e uma externa que atribui a comunidade científica à responsabilidade na produção, validação e legitimação do saber. Contudo no fazer científico, a via externa é a que dita os contornos do conhecimento em causa, sobrepondo-se (se necessário) a validade interna do mesmo, produzir conhecimento em Antropologia seria aliar a teoria antropológica à pesquisa etnográfica por forma a perceber particularidades num contexto de universalidade, tendo em conta que os contextos de pesquisa são diferenciados, logo que os grupos sociais são diferentes e interculturalmente permeados e que, o facto de o pesquisador estar à mercê

²³ Assim temos duas vertentes de produção do conceito de género: uma que afirma que o género é relacional (entre mulheres e mulheres, mulheres e homens, homens e homens) e outra vertente, a que é usada, que assume este conceito, mas privilegia uma realidade diferente: apenas mulheres, separando assim a teoria e a realidade do conceito.

dos valores que regem a sua sociedade que de alguma forma acabam influenciando a produção do conhecimento. E por último, o conceito de género é produto de conhecimento contextual.

4. Quadro Teórico

No presente trabalho operacionalizamos os conceitos, produção de conhecimento, validação de conhecimento, legitimação de conhecimento, género e multiculturalismo.

Os conceitos de produção, validação e legitimação de conhecimento fazem parte dos procedimentos para obtenção do conhecimento científico e existem em conjunto, uma vez que após o processo de produção de conhecimento, ocorre a sua validação e posteriormente a sua legitimação.

Na óptica de Bruyne et al. (1997), a produção de conhecimento pode ser entendida como o exercício de construção, edificação, criação de saber científico, feita sobre o real através de métodos e técnicas específicos e explícitos que procedem à ruptura com as noções do senso comum.

Por seu turno a validação de conhecimento, é segundo Sedas Nunes (1987), o exercício de constatação ou aceitação do conhecimento produzido. De forma complementar Knorr-Cetina²⁴ citada por Chalmers (1994) entende a prática da validação ou aceitação do conhecimento como parte do processo de formação de consenso. A legitimação do conhecimento é segundo Bruyne et al. (1997) também um processo de aceitação, de validação do conhecimento produzido.

Na abordagem ao conceito género, Mbilinyi (1992: 34) encara-o como um instrumento para "... percepção e interpretação da diferença biológica que é resultado do contexto social e do discurso aberto a múltiplos e diferentes tipos de significação", posição partilhada por Meena (1992: 1) para quem, o género é uma "... construção socialmente variável de papéis sociais que mulheres e homens jogam nas suas vidas diárias".

²⁴ Knorr-Cetina, Karyn. *The manufacture of knowledge*. Oxford: Pergamon Press, 1981.

Para Mbilinyi (1992) apesar das relações de género serem construídas elas são também desconstruídas como resultado do comportamento de homens e mulheres, o que as torna historicamente mutáveis e sujeitas à abolição e transformação, em função de acontecimentos quotidianos bem como em momentos periódicos de crise e transformações.

Por sua vez Casimiro (1995: 4) relações de género referem-se as “relações socialmente construídas entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens que tomam forma e são sancionadas por normas e valores defendidos por membros da sociedade em que vivem”, sendo também influenciadas por factores culturais ou simbólicos, pelo contexto sócio - económico e histórico.

Para Wieviorka (1999) o multiculturalismo pode ser entendido como a exaltação da diferença em contextos de coexistência de várias culturas em convivência, no qual as minorias tem também um espaço de existência. Por sua vez Priore (2002) encara o multiculturalismo como designação para um facto, como sociedades compostas por grupos culturalmente distintos, ou para uma política que visa a coexistência de grupos étnica e culturalmente diferentes.

5. Hipótese

A hipótese que assumimos no presente trabalho é a seguinte: A sinonímia género e indivíduos de sexo feminino é resultante da possibilidade de não incluir indivíduos de sexo masculino não pela sua inexistência, mas condicionada por um lado por interesses e afinidades dos pesquisadores, em relação à sinonímia género e indivíduos de sexo feminino, influenciados pelo multiculturalismo e por outro lado, condicionado pelas linhas de financiamento, que favorecem a validação e legitimação da sinonímia em alusão.

6. Metodologia

O presente trabalho tem um carácter exploratório de tipo analítico – qualitativo. Para a sua realização usamos o método histórico para permitir identificar e perceber, no contexto de desenvolvimento do conceito de género, os diversos momentos pelos quais passou e o papel que exercia.

Numa primeira fase procedemos a um levantamento bibliográfico e análise de obras relacionadas com a temática do presente trabalho, centrando a atenção naquelas ligadas ao processo de produção de conhecimento científico e da ciência como prática social; relacionadas com a produção (surgimento) e contextos de expansão do conceito de género. Nesta fase identificamos e analisamos obras viradas para a produção e tratamento do conceito de género no âmbito da produção científica nacional, tendo para tal consultado e analisado, fontes secundárias indirectas como livros, trabalhos de dissertação, documentos e revistas em bibliotecas da Cidade de Maputo.

Numa segunda fase, o trabalho contou com uma vertente prática, relacionada com a recolha de dados por via de entrevistas semi-estruturadas, como forma de enriquecer o debate e também pela necessidade de clarificar a significação do próprio conceito ao nível dos “fazedores de discurso²⁵” do género.

No âmbito da nossa investigação, realizamos um total de dez entrevistas, das quais três entrevistas foram realizadas com investigadores ligados a área do género do Centro de Estudos Africanos, cinco entrevistas realizadas com especialistas do género no Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social e finalmente duas entrevistas foram realizadas a membros directivos do Fórum Mulher.

²⁵ Adoptamos discurso na óptica de Foucault (1999), para quem este é o fluxo de palavras que pode tanto ser oral (actos de fala) como escrito, proferidos por um sujeito num determinado contexto histórico e espacial, condicionados por procedimentos de controle e de delimitação. O facto de serem “fazedores de discurso de género” faz deles informantes chave.

O critério de escolha dos entrevistados assentou na importância que cada um deles possui, não só a nível das suas instituições, mas principalmente por serem informadores-chave no que concerne a questão do género em Moçambique.

Devido à generalização com que a questão relacionada com o género hoje no contexto mundial em geral, e no nacional em particular, as respostas dadas pelos entrevistados são na sua maioria similares, entre indivíduos membros da mesma instituição. Assim, por questões metodológicas e para evitar a repetição das respostas transcrevemos apenas as entrevistas com informação saliente e por razões ligadas a confidencialidade dos entrevistados omitimos a identificação dos entrevistados (em anexos B e C).

Ao longo da elaboração do presente trabalho, não foi possível entrevistar funcionários de agências da cooperação internacional que financiam estudos sobre género, o que limita a abordagem deste aspecto, na medida em que reduz os comentários sobre este tópico à visão dos beneficiários dos financiamentos, nomeadamente DEMG-CEA, OMM e MMCAS.

7. Resultados

7.1. Multiculturalismo, movimento de minorias e o género

O movimento multiculturalista surge nos Estados Unidos da América após a 2ª guerra mundial como resposta às atrocidades cometidas durante as duas grandes guerras mundiais ocorridas no século XX e de outros problemas que a sociedade enfrentava que, possuíam suas raízes nas diferenças culturais, manifestadas através da intolerância a diversidade. Resultante de processos que propunham o enaltecimento da diversidade como característica positiva das sociedades, o multiculturalismo assume-se ao mesmo tempo um movimento cultural e social articulando principalmente questões ligadas ao respeito (ou reconhecimento) das diferenças culturais e igualdade cívica culminando de uma ou de outra maneira com a exigência de reconhecimento do espaço público (Wieviorka, 1999). Mais do que simples tolerância, o multiculturalismo propõe a interacção das várias formas de manifestação cultural, não apenas no respeitante as semelhanças verificadas entre uma e outra, mas principalmente no que concerne às suas diferenças mais essenciais (Machado, 2002).

No entanto, uma vez em que se abre espaço a tolerância à diferença, não significa automaticamente que o multiculturalismo estivesse associado ou fosse substituto de reformas sociais nem que se pretendesse uma veneração à diferença. Pelo contrário, apenas se pretendia a convivência de diferenças dentro de um mesmo espaço físico.

Ainda segundo a perspectiva multiculturalista, na década de 1960, nos Estados Unidos de América assiste-se a ocorrência de um movimento designado *de Affirmative Action*. Em alguns casos as exigências e as expectativas culturais no *Affirmative Action* estavam directa e fortemente ligadas a desigualdades sociais²⁶ nomeadamente, ligadas a exploração no trabalho, desemprego, exclusão, etc. e noutros associados ao profundo

²⁶ Segundo Boudon (1990: 70) por desigualdades sociais entendemos ser uma diferença que os indivíduos e os grupos sociais julgam segundo escalas de valor ligadas, por exemplo, à existência estratificações económica, de prestígio, política, etc.

desejo de reconhecimento histórico, ligado a grupos desqualificados, estigmatizados, dentre outros.

O movimento *affirmative action* expandiu-se um pouco por todo mundo, movimento esse que era proveniente de grupos extremamente diversificados tais como religiosos, raciais e étnicos, históricos, de género, de deficiência física, etc. que exigiam afirmações de identidades (Wieviorka, 1999). É no movimento *Affirmative Action*, na variante do desejo de reconhecimento histórico, que o feminismo, finalmente encontra espaço para a reivindicação dos seus ideais e, é dentro deste movimento reivindicativo onde têm início os primeiros debates em torno do género em tanto que conceito de classificação social. Foi a partir do *Affirmative Action* que se começou a usar o conceito de género para designar a construção da feminilidade e da masculinidade, como forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos, resistindo assim ao determinismo biológico implícito (Enciclopédia Digital Direitos Humanos, 2003).

O feminismo na tentativa de manifestar os seus ideais abriu espaço para que as mulheres se manifestassem contra todas as formas de discriminação ²⁷ por mudar aquilo que eram até então os debates em torno do conceito de género, condicionando que o mesmo assimile novos valores até então colocados de lado, como é o exemplo do próprio aspecto relacional do conceito.

Porém isto não se limitou apenas ao conceito de género em si, mas estendeu-se a escala mundial, ao nível do poder político e a academia. Esta extensão alcançou Moçambique, onde o debate em torno do conceito de género pode ser remontando a finais da década de 1980 e princípios da década de 1990, pois antes deste período, os debates em torno são apenas entre as relações homem e mulher sem falar necessariamente de género.

²⁷ Como por exemplo, a proibição da frequência de mulheres a locais públicos, a tratamento histórico, a direitos de emprego e de frequentar esfera pública.

7.2. O Papel da Organização da Mulher Moçambicana no Debate sobre Mulheres

No contexto moçambicano, na época anterior à guerra de libertação colonial dita o surgimento de (manifestações de) descontentamento por parte das mulheres, relacionada com a sua condição de mulher. Isto derivava do facto de elas se sentirem dominadas e exploradas na sociedade a vários níveis e possuírem necessidade de modificar essa situação.

A dominação era exercida por um lado pelo sistema de exploração colonial, que abrangia tanto homens como mulheres, através do trabalho forçado, prisões arbitrárias, discriminação racial, e dada às condições de vida a que estava sujeita pelo colonialismo, chegava a ter de se prostituir para poder sobreviver e sustentar os seus filhos, se tornando perante o colono: força de trabalho, máquina reprodutora e também instrumento de prazer. Por outro lado, era vítima da sociedade (sistema familiar) em que se encontrava uma vez que estava sujeita ao sistema de casamento, autoridade marital e a sua frequente brutalidade e a recusa em trata-la com igualdade, ao complexo de inferioridade resultante dos ritos de iniciação que inculcavam submissão e obediência em relação ao homem (OMM, 1975).

O espaço para o debate em torno das relações homem/mulher em Moçambique é aberto com início da luta pela independência de Moçambique, uma vez que o movimento de libertação nacional FRELIMO, consciente não só desse descontentamento, mas também da exploração do povo pelo colonialismo, assume que só através da eliminação de todas as formas de discriminação existentes contra a mulher, é que se pode emancipá-la e levá-la a participar na luta armada. A FRELIMO considerava, que a opressão a que a mulher estava sujeita era a exploração. Porém, essa exploração não era do homem para a mulher, uma vez que ambos dela padeciam, mas sim que era derivada do sistema de exploração colonial.

A estratégia de combate a essa exploração passava pela sua emancipação, inserindo-a na estratégia global da libertação nacional e conseqüentemente libertaria e emanciparia as classes trabalhadoras. No entanto, essa estratégia passava necessariamente pela integração da mulher em todas as frentes da luta de libertação (OMM, 1977). Ainda segundo OMM (1997), foi assim que em Dezembro de 1972, durante a luta armada, o Comité Central do Partido FRELIMO cria a Organização da Mulher Moçambicana - OMM, uma organização democrática de massas, braço do Partido que, operaria no quadro da sua linha política e, que serviria de instrumento para mobilizar, organizar e unir todas as mulheres, para permitir seu engajamento no processo revolucionário.

A OMM aparece segundo Young (S/D: 6) “primeiramente como instrumento de mobilização, organização e unidade da mulher moçambicana...” não somente para o processo revolucionário, mas também tinha o papel de promover a participação activa da mulher na resolução de assuntos do Estado e de outros sectores que compunham a sociedade, procurando criar deste modo condições para a participação efectiva da mulher na direcção do Estado e da sociedade (OMM, 1977).

A situação da exploração da mulher manteve-se, embora lutasse lado a lado com o homem na guerra de libertação nacional, o que fazia com que a mulher mantivesse-se privada dos seus direitos fundamentais, sendo impedida de participar na vida política e continuando relegada à esfera doméstico, como procriar e cuidar do lar. Neste contexto elas mantêm-se submetidas à autoridade masculina, em parte devido às concepções tradicionais e as atitudes e estruturas do passado vistas como impedimento e retrocesso no desenvolvimento e emancipação da mulher.

Segundo Hirvonen & Braga (1999), com a independência nacional, a nova constituição nacional não só reconhece a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, como também proclama a emancipação da mulher como uma das tarefas primordiais do Estado e a coloca no exercício do poder popular. Neste período, ficou claro que, o factor decisivo para emancipação da mulher era o seu engajamento na tarefa principal que era a transformação da sociedade: na edificação de uma base material e ideológica para a

construção da sociedade socialista. Ainda segundo os autores, Hirvonen & Braga referem que na prática, a realidade anterior manteve-se: as mulheres continuaram subalternas, uma vez que, ao nível da O.M.M. continuaram a ser instrumentalizadas, já não para o combate, mas para a realização de actividades não remuneradas, que consistiam em actividades de benefício comum (idem) embora tivessem acesso gratuito a certo tipo de serviços, tais como a educação e saúde e também tenham sido chamadas a participar na reconstrução nacional. Aqui, encontramos a mulher como operária e camponesa junto ao homem, sem que, no entanto seja considerada igual a ele.

Com a mudança na filosofia política vigente em Moçambique, o processo de paz aliado ao processo de democratização de Moçambique, a entrada em vigor da nova constituição da república de 1992, a O.M.M. passa também por transformações.

Embora se mantenha ligada ao partido FRELIMO, já não se filia ao Estado/governo vigente. A partir de então procura se enquadrar dentro daquilo que é então o debate em torno da mulher, que já não se limita à análise somente do papel da mulher, mas procura buscar dentro das relações de género o papel e a posição da mulher na sociedade, face aos ventos de mudança no que concerne às relações entre homens e mulheres.

7.3. Perspectivas de Género no Centro de Estudos Africanos

O CEA, é uma instituição de carácter académico, que surge durante o período em que o marxismo, ligado à construção de uma sociedade socialista, era filosofia política vigente em Moçambique. Servindo o Partido/estado, pois os objectos científicos analisados eram legitimados pelo poder político²⁸, o CEA realizava estudos e investigação de temáticas ligadas à cultura, ao social, a economia e a política de Moçambique procurando entendê-las e transforma-las dentro do contexto da África Austral, do continente africano e do mundo, segundo Andrade & Casimiro (1993), contribuindo para a sua sustentação ideológica, embora também realizasse estudos e pesquisa por mero interesse no conhecimento propriamente dito.

Antes da abertura política ocorrida com a mudança no sistema político vigente, o CEA, inicia uma mudança de paradigma onde, a título de exemplo encontramos a obra que constitui uma das primeiras obras lançadas por esta instituição, que vem demonstrar o interesse na pesquisa para actualização e aprofundamento do conhecimento através, da procura de objectos científicos de estudo com maior importância quer a nível social, económico ou político.

Dentro da abertura política iniciada em finais dos anos 1980 aliada a existência de uma autonomia, ligada tanto à ciência quanto aos cientistas/pesquisadores, o CEA desliga-se da perspectiva adoptada até então, operando deste modo uma reconstrução às temáticas científicas consideradas mais importantes e, ligando-se a problemática do desenvolvimento, dentro da qual, usando as Ciências Sociais como base teórico-metodológico, procura partindo das particularidades de vida dos homens e das mulheres, entender os principais problemas que caracterizaram o desenvolvimento de Moçambique (Andrade & Casimiro, 1993).

²⁸Taela (2001) aponta a questão das aldeias comunais como um dos objectos com importância social e política tratados ao nível do CEA que possuía legitimação do poderio político vigente.

É por via desta prática de trabalho que no CEA se cria uma linha de estudos e de investigação ligada ao género, à mulher e seu papel no desenvolvimento de Moçambique, criando assim, em finais de 1989 e princípios de 1990, sendo oficializado em 1991, o Departamento de Estudos da Mulher e Género – D.E.M.G. (Andrade & Casimiro; 1993).

No entanto estes estudos e pesquisa sobre a mulher, género e seu papel no desenvolvimento derivam de factores internos e externos ao contexto nacional. Segundo Andrade & Casimiro (1993:6) ligado ao factor interno, o DEMG inicia estes estudos por mero interesse de conhecimento, pois pretendia criar “uma base de maior racionalidade teórica que desse para explicar as causas e o papel da subordinação da mulher cuja falta se ressentia o próprio carácter científico dos estudos sobre a mulher”.

No tocante a factores externos, encontramos o género como um dos objectos de pesquisa em voga pelo mundo fora, associado ao contexto antecedente da época, nomeadamente a expansão do movimento feminista e ao crescente grito das mulheres pelos seus direitos como seres humanos, a abertura que a consagração da década de 1975 – 1985 por parte das Nações Unidas como a década das mulheres trouxe para uma maior consciencialização e impulso neste tipo de estudos e de pesquisa.

No geral, a linha de análise do DEMG se constitui como resultado principalmente da influência do movimento feminista, uma vez que o conceito de género é assumido segundo Andrade & Espling (1992: 3) como “produto de explicações teóricas por parte do movimento feminista mundial, com vista a elevar formas de luta pelos direitos da mulher”.

Contudo, Andrade & Casimiro (1993: 2) identificam um outro factor ligado aos “agentes de desenvolvimento e/ou desenhadors de políticas” que começam a manifestar interesse em estudos da mulher e suas práticas, por terem-se apercebido da sua importância e seu papel dentro da sociedade.

O conceito de género introduzido por estes agentes possui enfoque apenas nas mulheres, uma vez que pretendem implementar programas virados somente para a mulher. É desta maneira que impulsionam estudos e pesquisas sobre mulheres por um lado, e por outro lado financiam projectos com dois objectivos: primeiro, no sentido de buscar formas de melhorar as condições de vida das mulheres e segundo, analisar a sua posição perante o homem tendo em conta os constrangimentos ligados a sua classe social.

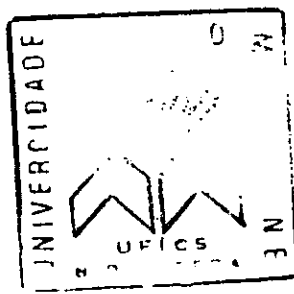
Segundo Casimiro (1995), a incorporação do género nos debates ao nível do DEMG no CEA, criou um espaço de "lutas científicas de ocupação de espaços e de capitais" onde enfoques de género virados somente para mulher conferem maior justificação para realização de estudos e encontram maior disponibilidade de recursos para sua realização por um lado, e conferem aos cientistas/pesquisadores poder e maiores espaços de manobra no tratamento do conceito em referência.

7.4. O Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social e Política de Género

Existe um contexto determinado ao nível do continente africano, mais concretamente na África Austral, surgido em princípios da década de 1990 que dita a introdução de debates sobre o género nas agendas dos encontros dos secretariados dos ministérios dentro da SADC. O referido contexto é devido, principalmente, a influência dos discursos da Commonwealth sobre o género e o seu papel no desenvolvimento, nomeadamente, a) a subscrição e ratificação por parte de Moçambique da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres, b) a conferência sobre a participação das mulheres no desenvolvimento dos países membros da SADC realizada na Namíbia, que permitiu o reconhecimento de que igualdade de género é fundamental para os direitos humanos e o reconhecimento de que só com a remoção das diferenças de género na região permitirá o desenvolvimento e c) a necessidade de implementação de resultados da Conferência de Beijing.

A nível nacional, o crescente surgimento de movimentos de carácter social, político e económico com o objectivo de assistir a mulher, os elevados índices de discriminação contra a mulher nos diversos sectores da sociedade, entre outros factores, causando pressão sobre o governo, acabam ditando a necessidade da criação de mecanismos que zelassem não só pelos interesses da mulher, mas que também desenvolvesse acções a elas ligadas que permitiriam o seu devido enquadramento na sociedade e promovesse o desenvolvimento e a equidade nos direitos do Homem.

Algumas dessas mulheres, ligadas aos movimentos sociais e a organizações não governamentais ligadas a mulher defendiam, que deveria haver canais institucionalizados através dos quais as mulheres pudessem se fazer ouvir. Mas ao nível das próprias mulheres existiam dúvidas quanto à criação desses mecanismos, argumentando que em alguns países da África Central essas instituições acabaram actuando contra os interesses da maioria das mulheres (Jacobson, 1994). No entanto



essas pressões acabam ganhando cada vez mais, espaço e consideração ao nível do poder político.

Este debate à volta da necessidade de introdução na agenda nacional da questão de género acaba ditando o surgimento do Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social – MMCAS, sob Decreto Presidencial nº 8/2000 de 16 de Maio de 2000, do Diploma ministerial nº 70/2000 de 19 de Julho do mesmo ano, vigente no Boletim da República. A esta instituição político-governamental não só recai a responsabilidade na definição de políticas sobre o género, mas também e principalmente a sua implementação.

Uma das medidas de promoção do género começa pela chamada “discriminação positiva” onde o conceito de género passa a referir-se apenas a mulher, na qual actividades de promoção da mulher pretendem a sua colocação no mesmo nível que o homem. A “discriminação positiva” enquadra-se dentro da reforma de género – reforma essa que se enquadra no processo de criação de mecanismos para uma efectiva igualdade de género - ao nível da Unidade da SADC para os Assuntos de género que requer a inclusão das mulheres com as suas necessidades específicas dentro dos planos de desenvolvimento e no justo exercício dos direitos do Homem e preconiza a sua participação a vários níveis. No sentido de reedificar a igualdade entre os indivíduos de ambos sexos e promulgar efectivo e devido exercício dos direitos humanos para alcançar o desenvolvimento, são debatidos assuntos e problemas enfrentados no seio das mulheres, como forma de se inteirar da sua real situação. A partir daí, são accionados mecanismos (na base de políticas), e dirigidas acções especificamente às mulheres.

Porém, esta política – a discriminação positiva – não é efectiva no sentido de durabilidade, tendo uma perspectiva de alcance de médio prazo, pois assim é que a institucionalização de uma dimensão de género poderá atingir resultados na sua implementação.

7.3. As Agências de Cooperação Internacional e a Questão de Género em Moçambique

Encontramos nos finais da década de 1980, o aparecimento de agências de cooperação internacional viradas para o desenvolvimento de Moçambique. Essas agências de cooperação internacional são na sua maioria originárias dos países nórdicos e, apresentam oportunidades de pesquisa juntamente com programas já delineados para as áreas nas quais pretendem actuar e medidas específicas a serem tomadas em conta.

No entanto, as agências de cooperação internacional financiam instituições moçambicanas que tenham como campo de trabalho o género como é o caso do DEMG no CEA, por um lado por considerarem que a “questão da igualdade entre homens e mulheres é uma questão de justiça, de reconhecimento do facto de que os direitos das mulheres também são direitos humanos e um pressuposto imprescindível para um desenvolvimento humano eficaz e sustentável” (Hirvonen & Braga, 1999: 4). Assim sem que haja um devido enquadramento da mulher, o desenvolvimento e o crescimento económico serão fortemente impedidos. Por outro lado por considerarem o desenvolvimento como cooperação e defenderem a distribuição de recursos justa entre homens e mulheres.

A igualdade entre homem e mulher é também parte integrante dos esforços no sentido de se assegurar um sistema de governação democrático (Hirvonen & Braga, 1999). Sendo o género considerado uma condição principal para a promoção do desenvolvimento em todas as esferas desde a económica, se estendendo pela social até a política, financiam estudos de género virados apenas para mulheres, por as considerarem mais desfavorecidas, fracas e desprovidas de recursos.

8. Discussão

A discussão é apresentada em três partes complementares. No referente à discussão em torno do género iniciamos a discussão procurando perceber a relação entre a O.M.M enquanto Organização Democrática de Massas, o CEA enquanto instituição académica e de investigação e o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, enquanto instituição político-governamental. De seguida discutimos a relação entre a produção de conhecimento no geral, e da antropologia em particular e o género. Na última parte discutimos a relação entre investigação, financiamentos a pesquisa e o poderio político.

8.1. A Relação Entre a OMM, o CEA e o MMCAS

Em relação a OMM, a consciência feminina de que a opressão é um mal comum é levantada pelas próprias mulheres, que vai gerar um interesse de libertação da condição de oprimidas em que viviam. Um dos factores que levou a sua consciencialização foi o contacto com outras mulheres, contactos esses que embora externos, permitiram uma maior consciencialização do valor das mulheres.

A figura de Josina Machel (após a sua morte) e o próprio hino da mulher, moçambicana constituíram também uma forma de sua própria consciencialização e ajudou a impulsionar a luta pela sua emancipação. No entanto, através do hino da mulher moçambicana se observa a presença de ideal multiculturalista, onde um movimento de expressão feminina reivindica espaço de expressão dentro da sociedade.

A OMM, devido ao papel que exerceu durante a luta armada de Libertação Nacional, abarcou principalmente mulheres que se encontravam nas zonas de luta e, só mais tarde com a independência nacional é que se estendeu aos espaços urbanos e, através do programa das aldeias comunais e da implementação do socialismo, ao resto do país, seguindo uma estratégia da base para o topo no sentido de atingir o todo, estando virada

mais para as práticas das mulheres, sua emancipação e participação nos diferentes assuntos da sociedade do que para a produção teórica e intelectual sobre mulheres.

Por sua vez, o CEA através do DEMG, embora seja uma instituição de carácter teórico, tem por linha própria investigação sobre mulher e género, na prática (mesmo no que concerne ao género) apenas se encontra virado para mulheres. Este constitui um veículo de disseminação de discursos sobre mulheres e para mulheres, apesar do justificativo teórico preconizar estudos relacionais no que concerne ao género. Esta instituição possui uma dinâmica que actua do global para o local, no sentido de a sua produção teórica provém de contextos externos que, são introduzidos no contexto nacional procuram albergar as mulheres moçambicanas. No entanto, abrange mulheres intelectuais com alguma percepção do que sejam os grandes debates a nível mundial sobre (mulheres e) o género, embora no que concerne a estudos ou pesquisas encomendados, as suas determinações são canalizadas (ou deveriam ser) por meio da instituição que “encomendou” o estudo ou pesquisa em causa.

O MMCAS bem como o CEA e a OMM, visam principalmente mulheres, procurando destacar as desfavorecidas para as quais procura criar e implementar políticas por forma a melhorar as suas condições de vida. Sendo uma instituição político governamental, se encontra pouco ligada à produção teórica sobre mulheres (não significando que não produza teoria). Actua do topo para a base, no sentido de que a produção teórica que realiza e as políticas que produz visam a mulheres de todas as camadas, principalmente as desfavorecidas.

Estas instituições embora sendo de carácter diferente, têm em comum o facto de a sua filosofia ser determinada por aspectos ligados a grandes movimentos mundiais - o multiculturalismo e o feminismo, que visam melhorar as condições de vida das mulheres e, transportados para o nosso contexto por meio da globalização.

Elas se diferenciam, no que se referem as suas lógicas discursivas, embora que a lógica do DEMG do CEA se aproxime da lógica do MMCAS. Mas ambas se diferenciam da

CURRICULUM VITAE

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: SIJAONA ALI

Data de Nascimento: 25/10/1972

Naturalidade: Marrupa - Niassa

Nacionalidade: MOÇAMBICANA

Filiação: Pai: Saide Ali

Mãe: Faatu Chirambe

Bilhete de Identidade N° 5736003, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Lichinga em 4/12/1996.

Sexo: Masculino

Estado Civil: SOLTEIRO

Residência Actual: Rua Garcia de Resende N° 419 - 1° Andar, Bairro da Sommerschild - MAPUTO

Contacto: Telefone: 498271

2. QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS

1997/98 - Frequência do 5° Ano do Curso de Linguística na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

1995/96 - Bacharelato (3° Ano) em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

1991 - 11ª Classe do Antigo Sistema, concluída na Escola Secundária Francisco Manyanga, em Maputo.

1988 - 9ª Classe do Antigo Sistema, concluída na Escola Secundária Josina Machel, em Maputo.

1985 - 6ª Classe do ASE, concluída na Escola Secundária de Ribáue, em Nampula.

1983 - 4ª Classe do ASE, concluída na Escola Primária "A Luta Continua", em Maputo.

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1997 - Participação no II Recenseamento Geral da População e Habitação como Formador Regional, afecto à Província de Maputo.

1995 - Docente de Português para as 10ª Classes na Escola Primária 3 de Fevereiro, Curso Nocturno, em Maputo.

HABILIDADES: Domínio de WP 5.1, Lotus 123, MS WORD e MS EXCEL (Windows).

4. OUTROS CURSOS BREVES

1994, 1995, 1996, 1997 - Cursos de História da Literatura Portuguesa - Maputo

5. CONHECIMENTO DE LÍNGUAS

- PORTUGUÊS - Falado e escrito perfeitamente

- INGLÊS - Falado e escrito razoavelmente

OMM na questão ligada a abrangência, dado que as duas anteriores seguem do topo para a base, enquanto que esta última procede em sentido contrário.

8.2. Conhecimento, Antropologia e Género

No entanto, num contexto onde, as relações de género querem significar relações entre mulheres e homens, entre homens e entre mulheres e, em que em função dos papéis sociais constatamos, na literatura actual sobre género em Moçambique, que existe para o conceito género uma série de realidades possíveis de abarcar pelo conceito, nomeadamente, mulheres que realizam papéis sociais femininos e mulheres que realizam papéis sociais masculinos, homens que realizam papéis sociais masculinos e finalmente homens que realizam papéis sociais femininos, mas que no entanto falar de género é privilegiar somente mulheres. Desta constatação podemos questionar se, dado que o conceito representa várias realidades, não se estará a falar em polissemia conceptual, porque o mesmo conceito representa coisas completamente diferentes?

Analisando de outra maneira, no que concerne a epistemologia no geral e em Antropologia em particular, é problema fundamental e é legítimo questionar a inadequação entre o conceito e a realidade ou a pesquisa, pois no que se refere ao contexto de validação interna do conhecimento, o factor relacional presente no conceito em causa confere validade ao mesmo conceito dado que a teoria e a realidade do conceito se encontram directamente relacionados.

A OMM uma vez que representa somente mulheres, encontramos que entre a pesquisa e a realidade existe uma ligação directa, no que diz respeito ao DEMG no CEA e ao MMCAS apesar de produzirem teoria em torno do género, a realidade empírica e a teoria de género não se relacionam directamente. A explicação para esta situação pode ser encontrada nos processos de construção de discurso por cada uma delas realizado, e nos mecanismos de validação e legitimação a cada uma delas ligado. A construção de discurso das três instituições está ligado aos processos multiculturais associados aos movimentos feministas disseminados pela globalização em momentos e níveis

diferentes (um ligado a um contexto colonial de opressão, a declaração dos direitos humanos, os outros dois se prendem - DEMG no CEA e MMCAS - com factores ligados a políticas externas ocorridas em finais dos anos oitenta e princípios de noventa). Por seu turno a validação e legitimação estão ligados ao poder político, associado a OMM, ao MMCAS e ao DEMG no CEA em muito pouca escala, estando esta mais associada aos condicionalismos como demandas, interesses políticos e financiamentos das agencias de cooperação internacional.

8.3. Investigação, financiamentos e poderio político na Produção do Conceito Género

No contexto de validação externa do conhecimento científico, devido à forma de como o poder político e a questão dos financiamentos (aliada às questões materiais) por um lado, e as demandas e os interesses dos cientistas no que concerne ao conhecimento por outro lado, estes determinam a possibilidade de se realizar a extracção ou afastamento de uma das componentes do conceito – a masculina, daí que encontramos que no contexto ligado ao MMCAS, o conceito de género representar a realidade que melhor se adequa aos interesses políticos em causa, e no DEMG no CEA ligada aos interesses da própria comunidade científica.

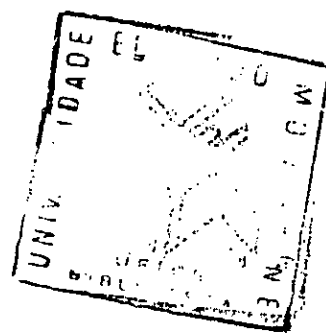
O financiamento à pesquisa é um factor a ser tomado em conta em contextos onde a carência de recursos para a devida realização de investigações e pesquisas, como é o caso de Moçambique. Está é vista como um dos grandes obstáculos a possível e eficiente realização da investigação e da pesquisa.

Em Moçambique, o governo, o sector privado e as organizações intelectuais nacionais tem por um lado limitação financeira, mas por outro lado não existe uma tradição de financiamento a pesquisas e investigações. Isto faz com que as instituições de carácter académico e de pesquisa tenham de procurar e depender de instituições com interesse em financiar/investir em pesquisa e investigação: as agências filantrópicas e de cooperação internacional. É assim que, no que se refere ao custeamento das investigações, provém grandemente de financiamentos de instituições externas na sua maior fatia de agências de cooperação internacionais e doadores, que na sua maioria vêm acompanhados de interesses e imposições (Taela, 2001). Encontramos deste modo o condicionamento, em relação à orientação dos temas a serem pesquisados, como acima ficou citado. Esses temas são mais direccionados aos temas que justifiquem ou legitimem os discursos dos financiadores- doadores, como é o caso do género, o que resulta com os temas de pesquisa sejam construídos a luz dos ideais dos financiadores

por forma a atrair financiamentos, levando Araújo (1988)²⁹ citado por Taela (2001: 34) a afirmar que “a investigação científica transformou-se numa área de prestação de serviços e de realização de trabalhos empíricos de pesquisa para dar resposta imediata a questões consideradas prioritárias”.

Em relação ao conceito de género tratado no DEMG no CEA, este é um dado a tomar em conta, uma vez que um dos condicionalismos que leva a produção do conceito género como igual a mulheres, é exactamente resultante dos financiamentos (condicionados) a que estão votadas as investigações e pesquisas sobre o conceito.

A OMM não se recete deste aspecto uma vez que não comporta a componente teórica ao nível do carácter da própria organização apesar de estar condicionado pelo poderio político a que se encontra submetido, diferentemente do MMCAS que, embora realize pesquisa e investigação em pequena escala - uma vez que está mais voltada para a elaboração e promulgação de políticas sobre género igual a mulheres dentro da óptica da discriminação positiva - é ainda assim determinada pelos financiamentos e pelo poderio político dado ser uma instituição eminentemente de carácter político.



²⁹ Araújo, Manuel. Algumas reflexões sobre princípios gerais para a Investigação na UEM in Lopes, A. (org.) Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1998.

9. Considerações finais

No que concerne a questão relacionada com a produção do conceito de género dentro daquilo que é a produção do conhecimento no geral notamos que a produção científica encontra-se ligado, por um lado às metamorfoses sociais e, por outro lado à globalização que permitiu o alargamento das problemáticas.

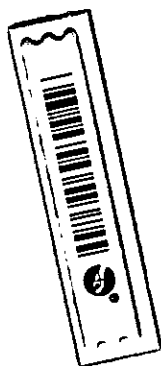
Mesmo quando a nível teórico é assumida a possibilidade de género poder ser indivíduos de sexo feminino ou masculino de forma isolada ou relacional a nível de prática etnográfica, em Moçambique as abordagens são referentes aos indivíduos de sexo feminino. O género como um conceito "aparentemente" igual a mulheres, excluindo indivíduos de sexo biologicamente masculino, patente no DEMG-CEA e no MMCAS, está associado à expansão e circulação do conceito a nível mundial devido à expansão do movimento multiculturalista e a expansão do movimento feminista ligado ao papel que desempenha dentro da luta das mulheres pelos seus direitos nos diferentes níveis dos debates sociais em vários países do mundo, ambos actuando no contexto da validação externa da produção, validação e legitimação do conhecimento.

O referido conceito continua a ser um conceito para representar realidades sociais no entanto, num contexto como o de Moçambique onde existem múltiplas realidades possíveis de abarcar pelo conceito género³⁰, a sinonímia género e indivíduos de sexo feminino é resultante da possibilidade de não incluir indivíduos de sexo masculino não pela sua inexistência, mas condicionada por um lado por interesses e afinidades dos pesquisadores, em relação as abordagens teóricas em torno da questão do género, influenciados pelo multiculturalismo e por outro por condicionalismos de financiamento, que favorecem a validação e legitimação da sinonímia em alusão.

³⁰ Como os papéis sociais masculinos podem ser desempenhados por mulheres e papéis sociais femininos por homens, surge espaço para quatro tipos de realidades possíveis, sendo o primeiro de homens que desempenham papéis sociais masculinos, o segundo de homens que desempenham papéis sociais femininos, o terceiro de mulheres que desempenham papéis sociais femininos e o quarto de mulheres que desempenham papéis sociais masculinos.

Neste contexto e apesar de ser uma forma possível de representar a realidade social, enquanto resultado de uma construção social, é possível reconstruí-la tornando-a abrangente de modo a reflectir o carácter relacional entre os vários indivíduos que compõem a sociedade, incluindo homens e mulheres a nível teórico e prático.

Deste modo consideramos que se a nível de validação interna, género é relacional, a nível da validação externa ele pode ser restrito apenas a indivíduos de sexo biologicamente masculino, pode ser restrito a indivíduos de sexo biologicamente feminino ou abarcar os dois, dependendo dos interesses dos pesquisadores e dos condicionamentos financeiros, políticos e económicos em torno do processo de produção do conceito.



10. Fontes

10.1. Fontes Bibliográficas

AGUIAR, Neuma. (org.) *Género e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Anjos, 1997.

ALMEIDA, João, Ferreira de & PINTO, José Madureira. *A Investigação em Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença lda. 1990.

AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e o feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

AMARAL, Wanda do (compil.) *Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. 2. ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

ANDRADE, Ximena & ESPLING, Margareta. *Género e Direitos*. In Seminário Internacional dos Países de Fala Portuguesa. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1992.

ANDRADE, Ximena & CASIMIRO, Isabel. *Mulher, Género e Desenvolvimento em Moçambique*. In II Painel de Historiografia. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

ARISTÓTELES. *Organon: I Categorias II Periérmeneias*. 1 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

BARBIERI, Teresita de. *Sobre La Categoria Género: Una Introducion Teórico- Metodologica*. In *Direitos Reprodutivos*. Brasil: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário de Filosofia*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 1997.

BOUBACAR, Ly. *Problèmes épistemologiques et méthodologiques des sciences sociales en Afrique*. Dakar: UNESCO, 1989.

BRITO, Luís de & WEIMER, Berhard. (eds.) *Espaço da Mulher no processo multipartidário. Relatório final*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert, 1994.

BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques & SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais: Os pólos da Prática Metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora AS, 1997.

CASAL, Adolfo Yañez. *Para Uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CASIMIRO, Isabel Maria. *Transformações nas relações homem/mulher em Moçambique 1960-74*. 1986. 191 p. Trabalho de diploma para obtenção do grau académico de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: CEA/ Núcleo de Documentação.

CASIMIRO, Isabel. *Estudos Sobre Género em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

CASIMIRO, Isabel & XIMENA, Andrade. Considerações sobre a Dimensão de Género na Universidade Eduardo Mondlane. In Comunicações Referentes à Situação da Universidade Eduardo Mondlane, 4ª Reunião Anual Consultiva, 1995, Maputo.

CARDOSO, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra s/a Cap. 4. Aventura antropólogos em Campo ou como escapar das armadilhas do método, 1997 pp. 95 – 106.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. Karl Popper: A Falsidade como critério de demarcação do discurso empírico-científico. In Oliva, Alberto (org.) *Epistemologia: a cientificidade em questão*. São Paulo: Papirus Editora, 1990, pp. 59 – 101.

CARRILHO, Manuel Maria. Kuhn e as revoluções científicas. In *Colóquio de Ciências*. N° 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, pp. 43 – 47.

CHALMERS, Alan. *A Fabricação da Ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*, 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

COPANS, Jeans. *Introdução à Etnologia e à Antropologia*. Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

_____ *Antropologia ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971.

_____ *Críticas e políticas da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1974.

DA SILVA, Vagner G. *O antropólogo e sua magia*. Brasil: Edusp, 2000.

DESCARTES, René. *O Discurso do Método*. 2. ed. Lisboa: Editora Replicação, 1989.

DURHAM, Eunice R. A Pesquisa antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas. In Cardoso, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, S/A. 1986, pp. 17 – 40.

ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

EPSTEIN, Isaac. Thomas Kuhn: A cientificidade entendida como Vigência de um Paradigma. In Oliva, Alberto (org.) *Epistemologia: A Cientificidade em Questão*. São Paulo: Papyrus Editora, 1990, pp. 103 – 129.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, Editores Lda, 1970.

FRADA, João José Cúcio. *Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

Graham, Elaine. *Gender and Theology*. California University Press, 1995. Cap 1. What's Gender? P. 11-34.

HIRVONEN, Soila & BRAGA, Carla. *Perfil de género: província do Niassa*. Maputo: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI), 1999.

IMAN, Ayesha, MAMA, Amina & SOW, Fatou (ed.) *Engendering African Social Science*. Senegal: Codesria Books Series, 1997. Cap. 1. Engedering African Social Science: An Introductory Essay, pp. 1 –30.

IMAN, Ayesha, MAMA, Amina & SOW, Fatou. (ed.) *Engendering African Social Science*. Senegal: Codesria Books Series, 1997. Cap. 2: The Social Science and Gender Analysis pp. 31 – 60.

JACOBSON, Ruth. *Dançando para um futuro melhor? Género e eleições moçambicanas em 1994*. Relatório preparado para a Agência Norueguesa de Cooperação e Desenvolvimento (NORAD), 1994.

KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolution*. 2nd Edition, enlarged. Chicago: University Press, 1962.

LEACH, Edmund R. *Repensando a Antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1974.

LEITE, Manuel da C. & SANTOS, A. M. Nunes dos. *Pensar a Ciência*. Lisboa: Gradiva, 1988. Cap. 1: Até que ponto uma ciência é poética?, p. 7 – 37.

LOFORTE, Ana Maria. *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. 1986. 368p. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

LOGOS *Enciclopédia luso-brasileira de Filosofia*, São Paulo: Editora Verbo.

MACHEL, Josina. *The Mozambican Woman in the Revolution*. Frelimo Women's Detachment, s/d.

MACIA, Manuel. *Discursos de género: entre questões teóricas e prática política*. In Seminário de Investigação, 2002, Maputo. Progressos na Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras e Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais, UEM.

MANNATHOKO, Changu. Feminist Theories and the Study of Gender Issues. In South Africa. In Meena, Ruth (ed.) *Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues*. 1. Ed. Harare: Sapes Books, 1992, pp. 70 – 90.

MAZULA, Brazão A Investigação universitária num país em transição Democrática e Económica: seu imperativo comunicativo. In Lopes, Armando Jorge (org.) *Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo*. Maputo: Livraria Universidade, UEM, 1998, pp. 1 – 14.

MBILINYI, Marjorie. Research Metodologies in Gender Issues. In Meena, Ruth (ed.) *Gender in Southern Africa*. Harare: Sapes Books, 1992, pp. 31-70.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MEENA, Ruth (ed.) *Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues*. 1. ed. Harare: Sapes Books, 1992, Cap.1.: Gender research studies in southern Africa: an overview, pp. 1-30.

MIAMBO, Aurélio Augusto. *A construção epistemológica do saber antropológico: perspectivas, lições e desafios*. 2001. Projecto de pesquisa, Licenciatura, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

NEGRÃO, José. Homens e Mulheres na agricultura: mitos e realidades. In Loforte, Ana Maria & Artur, Maria José. *Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*. Maputo: Faculdade de Letras, UEM, 1998, pp. 17 – 38.

OLIVA, Alberto (org.) *Epistemologia: A Cientificidade em Questão*. São Paulo: Papyrus Editora, 1990. Cap 1. A Hegemonia da concepção empirista da ciência a partir do *Novum Organon* de F. Bacon, p. 11-33.

PEIRANO, Mariza. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência entre os conceitos de sexo e género na produção de algumas teóricas feministas. In Aguiar, Neuma (org.) *Género e Ciências Humanas: desafio as ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Anjos, 1997, p 49-65.

POPPER, Karl R. *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1962. 2º Volume.

RAYMOND, Boudon, PHILIPPE, Besnard, et al. *Dicionário de Sociologia*. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, Lda. 1990.

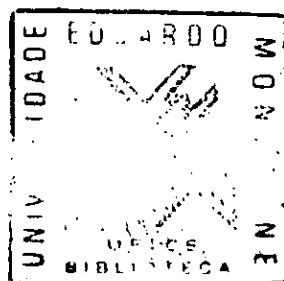
REIS, Maria do Céu. *Poderes e Saberes: Estado, Financiadores e Investigação Científica. A África do Sul do Sahara e algumas questões*. In Estudos Moçambicanos nº 14, Maputo: Centro de Estudos Africanos, UEM, 1996.

RIVIÈRE, Claude. *Introdução à Antropologia*. Portugal: Edições 70, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. 8. ed. Coimbra: Edições Afrontamento, 1996.

SEDAS NUNES, A. *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

SELLSCHOP, Friedel. Princípios de Investigação. In Lopes, Armando Jorge (org.) *Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo*. Maputo: Livraria Universidade, UEM, 1998, p. 15-34.



SILVA, Augusto Santos & PINTO, José Madureira. *Metodologia das Ciências Sociais*. 8. ed. Lisboa: Edições Afrontamento. Cap. 1: Uma visão global sobre as Ciências Sociais, pp. 9 – 27.

SILVA, Augusto S. & PINTO, José Madureira (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. 8. ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1986. Cap. 2. A ruptura com o senso comum nas Ciências Sociais. pp. 29 – 53.

SOIHET, Rachel. História e Mulheres: contribuição para um debate. In Aguiar, Neuma (org.) *Género e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Anjos, 1997, p. 95-114.

SPERBER, Dan. *O saber dos Antropólogos*. Brasil: Edições 70, 1992.

SUAREZ, Mireya. A problematização das diferenças de género e a Antropologia. In Aguiar, Neuma (org.) *Género e Ciências Humanas: desafio as ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Anjos, 1997, p. 31-47.

TAELA, Kátia. *A produção antropológica do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, 1975-2000*. 2001. 57 p. Projecto de Pesquisa, Licenciatura, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

TAYLOR, Charles, APPIAH, K. Anthony, HABERMAS, Jürgen. et al. *Multiculturalismo*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1998.

WIEVIORKA, Michel. *Será que o Multiculturalismo é a resposta?* In revista Educação Sociedade e Cultura, 1999, nº 12, p. 7-46.

YOUNG, Pauline. *Women in the transition to socialism: the case of Mozambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, s/d.

ZELEZA, Tiyanbe. Gender Biases in African Historiography. In IMAN, Ayesha, MAMA, Amina & SOW, Fatou. (ed.) *Engendering African Social Science*, Senegal: Codesria Books Series, 1997; pp. 81 - 115.

10.1. Fontes Documentais

Boletim da República. Quarta-feira, 19/07/2000, de 14/96.

Fundação Friedrich Ebert. *Promoção da Mulher: estratégias de género nos projectos da Fundação Friedrich Ebert em Moçambique*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert, 1997.

Moçambique. Ministério de Coordenação de Acção Social. *Porque focar o género?* República de Moçambique: Centro de Documentação, 1995.

Moçambique. Ministério para Coordenação da Acção Social. *Report for the Meeting of Senior Officials on Gender in the SADC Region*. 11 August 1997. Maputo: Centro de Documentação, 1997.

Moçambique. Ministério para Coordenação da Acção Social. *Briefing on the SADC Region Gender Initiative*. Maputo: Centro de Documentação, 1997.

Moçambique. Ministério para Coordenação da Acção Social. *Main Streaming Gender into SADC Programme of Action. Draft Declaration*. Maputo: Centro de Documentação, 1997.

Moçambique. Ministério para Coordenação da Acção Social. *Projecto de Plataforma de Acção do Governo de Moçambique para o Progresso da Mulher até ao ano 2000: Estratégias e Objectivos*. Maputo: Centro de Documentação, s/d.

Organização da Mulher Moçambicana. Documentos da 2ª Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, realizado em Maputo 10-17 de Novembro de 1976. República Popular de Moçambique: Imprensa Nacional, 1977.

Organização da Mulher Moçambicana. 7 de Abril: Dia da mulher moçambicana. Imprensa Nacional: 1975.

Organização da Mulher Moçambicana. Semana da Mulher – Texto orientador. Maputo: Secretariado Nacional, Centro de Estudos Africanos, 1995.

Organização da Mulher Moçambicana. Hino da Mulher Moçambicana. Maputo: Secretariado Nacional, Boletim Informativo, s/d.

United Nations Development Programme. Mozambique National Human Development Report. Maputo: 2001

Seminário sobre a participação da mulher rural na Luta Armada de Libertação Nacional e seu papel e necessidades na fase actual de Reconstrução Nacional em Moçambique, 1985, Maputo: República Popular de Moçambique, Centro de Estudos Africanos.

Seminário sobre a Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique, 1986, Maputo. Relatório final. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.

O mineiro moçambicano – Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane. V Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1^o 5 de Setembro de 1998.

10.3. Páginas de INTERNET

BIBLIOTECA DIGITAL – Rena Descartes (on line). Rio de Janeiro: Junho de 2003. Disponível em http://www.ead.ufms.br/br/biblioteca_digital. Descartes, Rena.

BIBLIOTECA DIGITAL – Rena Descartes (on line). Rio de Janeiro: Junho de 2003. Disponível em http://www.ead.ufms.br/br/biblioteca_digital

BANDEIRA, Lourdes & SIQUEIRA, Dies. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo (on line). Rio de Janeiro: Outubro de 2002. Disponível em <http://www.Unb.br/ics/sol/soest72.Htm>.

ENCICLOPÉDIA BRITANICA DO BRASIL. Feminismo (on line). Rio de Janeiro: Publicações lda, Outubro de 2002. Disponível em <http://www.lutadamulher.hpg.com.br>.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença (on line). Rio de Janeiro: Fevereiro de 2003. Disponível em <http://www.marged.vila.bol.br/>.

MARGARET, Lady. As mulheres medievais (on line). Rio de Janeiro: Outubro de 2002. Disponível em <http://www.marged.vila.bol.br/>.

PRIORE, Mary de. Multiculturalismo: integração de saberes. Multiculturalismo ou de como viver junto (on line). Rio de Janeiro: Outubro de 2002. Disponível em <http://www.marged.vila.bol.br/>.

Internet philosophy enciclopedia – Rene Descartes (on line). Rio de Janeiro: Junho de 2003. Disponível em <http://www.utm.edu/research/iep/d/descartes.htm>.

ENCICLOPEDIA DIGITAL DIREITOS HUMANOS II. Género: Um conceito. (on line). Rio de Janeiro: 19 de Junho de 2003. disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/Gen_Queisso.html.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL DIREITOS HUMANOS II. Género, o que é isso? (on line). Rio de Janeiro: 19 de Junho de 2003. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/Gen_Queisso.html

SCOTT, Joan. Género: Uma categoria útil para a análise histórica (*on line*). Rio de Janeiro: Jun. de 2003. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/Gen_Categoria.html.

Anexos

Anexo A

Questionário

1. Como define o género? E o que são na sua óptica, relações de género?
2. O que leva com que nos dias de hoje o género seja considerado falar de mulheres?
3. O género possui alguma relação com o movimento feminista?
4. É pertinente debater sobre o género em Moçambique? Porque?
5. Qual o papel da sua instituição no que concerne ao debate em torno do género?

Anexo B

A primeira entrevista foi realizada a uma especialista em questões de género do DEMG no CEA, a entrevista seguinte foi realizada a um membro executivo do Fórum Mulher e, a terceira e última entrevista transcrita foi realizada a um especialista do género no Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social.

Entrevista 1

1. Por género entendo ser a construção social da diferença entre mulheres e homens, que varia nos mais diferenciados contextos sociais. Por relações de género, entendo serem relações que mulheres e homens realizam ou estabelecem no seu dia-a-dia, que são construídas e desconstruídas a luz dos valores que são tomados em conta dentro das respectivas sociedades das quais são membros.

2. Para mim (que sou feminista e procuro contribuir para o resgate da mulher como sujeito tão importante quanto ao homem no espaço social), falar de género é falar de mulheres sim..., É buscar afirmar a mulher no contexto das relações que estabelece com os homens nas quais ela é um sujeito "apagado" ou procuram fazer com que o fosse.

Mas há que ter em conta um aspecto: o género hoje passou a constituir um conceito vulgar, e essa vulgarização é interpretada pelas feministas como forma de ignorar o que é o género e apagar o poder que lhe atravessa. A sua redução trás como consequência a redução do poder que o conceito possui. E, por outro lado, ligada à vulgarização do conceito esta a sua apropriação por parte do senso comum que é originada pelo seu frequente uso junto à academia, ao projectos de desenvolvimento, a opinião pública e por ai adiante. Há que ter em conta também que isto origina vários tipos de discurso de género nomeadamente produzidos pela academia através dos especialistas na área do género; pelas instituições políticas e até pelo senso comum que se apropria dos discursos que são veiculados pelos meios de comunicação, pelas pesquisas, documentos, manuais,

relatórios, etc., dando origem a um discurso de gendarizado que é aquele capturado pela opinião pública.

3. O conceito de género deve a sua existência, tal qual possui hoje, ao movimento feminista que, ocorreu na sua segunda vaga nos finais dos anos sessenta e princípios dos anos setenta. Deve muito a figuras com a Simone de Beauvoir, Joan Scott, a Juliet Miche, entre outras tantas que muito fizeram para que o conceito tivesse o valor e a amplitude que tem hoje.

Este conceito surge como tentativa das feministas de enquadrar a visão feminina na história para melhor perceber a subordinação aos homens a que as mulheres são vítimas desde há muitos séculos atrás. O género, tal qual é tratado hoje deve muito ao feminismo.

Mas, o género encontrou muitos obstáculos para a sua aceitação como conceito de classificação e dimensão relacional por parte da academia nos anos sessenta e setenta, só que hoje isso está ultrapassado, vivemos uma época em que existe mais abertura para o debate e isso beneficiou o género.

4. Claro que é importante. Em todos os momentos históricos o debate em volta das questões que preocupam as pessoas, as sociedades, as comunidades foram debatidos, quer abertamente quer não, e o género não foge a regra, pior se tivermos em conta que dele dependem as grandes decisões ligadas às relações entre mulheres e homens. É sim importante falar de género porque é falar daquilo que compõe e é mais importante na sociedade: as mulheres e os homens, porque são eles os sujeitos da história, são eles que através das suas acções ditam o movimento do mundo.

O género em Moçambique, como em outra parte do mundo diz respeito a todos membros da sociedade, diz respeito à maneira de como a sociedade se organiza par levar avante os seus ideais, diz respeito à forma de como os sentimos mulheres e homens, diz respeito a um mundo de coisas das quais devemos e somos obrigados ater em conta.

É importante o género em Moçambique sim, senão como iríamos perceber o porque da mulher em casa e o homem no xibalo ou nas minas, como iríamos perceber o porque da mulher vender no mercado e o homem em casa ficar com todo o seu dinheiro da venda

sem nenhuma reclamação, são tantas as coisas de que este conceito nos permite desvendar. É importante sim, senão como é que iria perceber-se a si no contexto das suas relações com seus familiares?

5 A instituição a qual estou ligada é essencialmente virada para a pesquisa e investigação em áreas sociais da qual o género faz parte, da económica da qual o género faz parte, da política da qual o género faz parte e por ai adiante.

Ligamo-nos a investigação dos mais variados temas de interesse principalmente nacional, mas também nos ligamo-nos, uma vez que nos encontramos ligados ao mundo de diversas formas, ao internacional (como é óbvio) também. Ao nível da pesquisa na área do género promovemos debates, e já que estamos ligados à universidade esses debates são estendidos até as salas de aulas, onde procuramos através da interdisciplinaridade perceber e abrir caminhos para o enriquecimento do género.

Estamos também ligados a outras instituições não académicas, temos ligações com organizações de mulheres e ONG's, e não só, etc.

Anexo C

Entrevista 2

1. Na minha óptica, o conceito de género não constitui a tradução daquilo que em inglês se chama "gender". O género em português é a tradução literal da categoria gramatical que se refere à existência de dois géneros gramaticais: o feminino e o masculino. Falar de género não é o mesmo que falar de "gender".

Existe uma certa apropriação por parte da língua portuguesa do termo "gender" que é pretendido que seja o mesmo que género, mas não é. Devemos ter isso em conta porque se formos a traduzir todos os termos que nos aparecem para a língua portuguesa estaremos a retirar a essência e a real significação dos termos.

"Gender" se refere ao facto de sermos homens e mulheres independentemente do sexo biológico que possuímos, é falar da construção que a sociedade faz do facto de sermos homens ou mulheres e que perpetua até a fim dos nossos dias, embora possa variar ou mudar ao longo do tempo.

Eu diria que gender relations e não relações de género como vulgarmente são chamadas, se referem a relações que esses homens e essas mulheres estabelecem no seu quotidiano.

2. O que leva com que hoje o "gender" seja conotado com mulheres é somente a e principalmente o carácter de "conceito sine qua non" dos financiadores dos estudos de género que conferem a dimensão que melhor lhes convém desde que justifique os seus interesses de investimento. Só isso! É a alienação por parte dos financiadores que o usam a "seu belo prazer", retirando a carga analítica de que o conceito dispõe. Só isso!

3. Essa questão se prende com o facto de ter sido através do movimento feminista que o "gender" passou a existir e a significar o que significa hoje: relações entre homens e mulheres.

Realmente, "o género" deve todo o seu "aparato", o seu valor, o seu conteúdo ao movimento feminista, mas não quer isto dizer que antes não se falasse de relações entre

homens e mulheres, falava-se sim, mas não no sentido que se fala hoje, dentro de perspectivas e teorias abrangentes.

O "gender" e o feminismo estão a mesmo passo um deve a outro, uma vez que este movimento ganhou a dimensão que possui graças ao conceito "gender" e o conceito recebeu a sua melhor contribuição do feminismo.

5. O fórum Mulher, como o próprio nome diz, está ligado a questão de ordem feminina, mas não quer isto dizer que não possua debates e análises em torno do género. Temos sim, uma vez que a mulher existe dentro de um contexto no qual existem homens também e, não fora dele.

Anexo D

Entrevista 3

1. Género é definido como sendo a construção social do ser homem e ser mulher. Relações de género são relações que referem a partilha de espaços comuns e convivências que homens e mulheres estabelecem ao longo das suas vidas. Estas relações são diferentes de lugar para lugar.

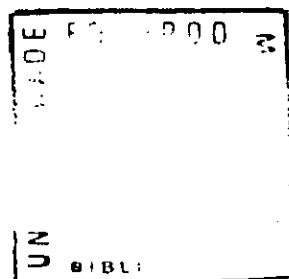
2. Vivemos hoje como vulgarmente se diz, “numa aldeia global”, onde sem que nos apercebamos acabamos por adoptar maneiras de estas que não são originárias do nosso país. A questão do género é uma dessas coisas que aparecem cá no país por via da influencia que temos dos outros países.

Em Moçambique o género a questão do género podemos dizer que é bastante recente ao nível das agendas do governo. Até cerca de quinze a vinte anos atrás não se falava de género. Mas está na moda...

Indo a sua questão o género não é igual a mulheres. O género é igual a homens e mulheres, o que sucede é que existem condicionalismos nos mecanismos das políticas do Ministério no sentido de favorecer mulheres. Essas políticas não resultam muitas vezes da auscultação das pessoas sobre as reais necessidades da população e, o género é ma dessas coisas que usamos, mas que não sabemos exactamente para quê é.

Sim, género é usado para falar de mulheres. Mas não porque seja igual a mulheres, mas sim porque existe um conjunto de condições que assim o ditam.

Temos em nível do ministério uma abordagem de género igual a mulheres, quando falam que é preciso desenvolver a mulher porque é ela é que é o fio condutor da sociedade. Aí procuramos que sejam dadas regalias a elas como forma de as



desenvolver. É aquilo que ao nível do ministério chamamos de discriminação positiva. Mas não significa que género é só mulher é também homem.

3. Penso eu de que sim porque as grandes defensoras da questão do género são mulheres que, fomentam tal ideia.

4. Penso eu que sim. Isto porque primeiro está a discutir sobre nós mesmos como homens e mulheres, e depois porque é algo que é tratado da mesma maneira em países não só vizinhos nossos, mas também pelo mundo fora encontra grande preocupação sobre o género.

5. A instituição a que pertenço, esta fortemente ligada ao género pois o ministério tem uma como parte importante dar atenção as mulheres. O ministério para além de se dedicar a questões de acção social virada para a ajuda as populações carentes, mas também e principalmente virado para a mulher para tentar apoia-la em todas as áreas possíveis. Procuramos assistir a mulher e contamos com apoio de diversas instituições que também tem interesses em apoiar mulheres.

Mas, as actividades que realizamos ligdas ao género são muito escassas, mas não significa que não existam, o que sucede é que temos planos que a médio prazo estão virados para mulher com o objectivo de desenvolve-la para se situar a um nível senão igual pelo menos próximo ao do homem.

Tentamos que as políticas sejam feitas tendo uma abordagem de género, mesmo que se virem somente para mulheres, como é o caso da "discriminação positiva".